

Aqui há marcas de Portugal

Alexandra Prado Coelho

● Igrejas, claro, mas também fortalezas, prisões, armazéns, sedes de bancos, hotéis, liceus, cinemas, estações de correios, fábricas, roças em São Tomé, ruas e praças no Mindelo, sobrados no Brasil, casas particulares e grandes edifícios de habitação. Brasil, claro, mas também Angola, Moçambique, São Tomé, Cabo Verde. E Timor e Índia, mas também Sri Lanka e Macau, Indonésia e Birmânia, Etiópia e Tanzânia. A Fundação Calouste Gulbenkian acaba de lançar três volumes com o levantamento do património que os portugueses espalharam pelo mundo. É uma obra de peso - em mais do que um sentido.

Hoje, a partir das 15 horas, a Universidade de Coimbra organiza uma discussão crítica do projecto *Património de Origem Portuguesa no Mundo*. José Mattoso, que foi o coordenador do trabalho (com Mafalda Soares da Cunha),

vai conversar com o professor catedrático Joaquim Romero de Magalhães, o historiador António Manuel Hespanha e o antropólogo João Pina Cabral.

A primeira pergunta que surge assim que começamos a folhear a obra e deparamos com construções tão diferentes em sítios tão diferentes do mundo (só se incluíram estruturas que ainda existem) é: como se define o que é “de origem portuguesa”?

O arquitecto Walter Rossa (que coordenou o volume dedicado à Ásia) revê-se mais no conceito de “influência” do que no de “origem”, que implica uma iniciativa portuguesa (ligada em princípio à ideia de soberania sobre o território).

“No caso da Ásia, se utilizasse o conceito de origem teria que reduzir muito consideravelmente o número de itens”, diz. “O que temos aí são iniciativas em que os portugueses têm uma maior ou menor participação. Há áreas enormes, o golfo de Bengala, todo o Sudeste Asiático, onde Portugal não

teve nunca soberania, mas em que há um papel da Igreja portuguesa, do Padroado, e de aventureiros que faziam parte da máquina portuguesa.”

O caso asiático é, sublinha, “completamente diferente do do Brasil [o volume da América do Sul é coordenado por Renata Malcher de Araújo], onde havia uma civilização muito incipiente e que do ponto de vista da cultura edificada tinha pouca expressão”. Na Ásia a contribuição dos portugueses funde-se com outras. “Quando olhamos para uma igreja goesa, o que vemos é uma igreja goesa, não é nem indiana nem portuguesa, mas resulta de uma fusão cultural.”

No caso do Norte de África, mar Vermelho e Golfo Pérsico, Filipe Themudo Barata seguiu uma lógica semelhante. “Para mim, património de origem portuguesa seria aquele que serviria os interesses estratégicos coloniais do império português. O problema é que havia muitas situações em que os

portugueses tinham arquitectos árabes ou estrangeiros a trabalhar para eles. Ou, noutros casos, como aconteceu depois da batalha de Alcácer Quibir, eram provavelmente arquitectos e engenheiros portugueses, mas prisioneiros, que voltaram a construir as fortificações de Larache.”

Também o arquitecto José Manuel Fernandes, que se ocupou da África subsariana, diz preferir “o termo ‘matriz’, ao modo do [escritor] José Eduardo Agualusa, em vez de ‘origem’”. Isto porque “a presença ou influência portuguesa foi múltipla (em muitos territórios diferenciados, um pouco por todo o continente e ilhas vizinhas), longuíssima no tempo (quase seiscentos anos, 1415-1975), e portanto expressa em tipologias de imensa variedade (tardo-medieval, clássico-barroco, romântico-industrial, arquitectura modernista)”. O mesmo não sucedeu na América ou na Ásia, “apenas no diminuto Macau e no rarefeito Timor”.

Como identificar e localizar um património com esta dimensão? “A identificação foi difícil”, confessa José Manuel Fernandes. “Um ‘calcanhar de Aquiles’ desta obra é a não execução de um levantamento fotográfico específico e actual.” No caso da África subsariana há ainda o problema da “rarefacção de investigadores dos PALOP [países africanos de língua oficial portuguesa]” que pudessem ser colaboradores, “a incipiência da investigação no sector/tema, e a dificuldade em determinar se muitas obras ainda existem, devido às guerras civis prolongadas que houve, e ao difícil acesso aos locais pelos investigadores”.

Edifícios descaracterizados

Não há fronteiras claras. Esta é uma história de misturas, de cruzamentos, de encontros. E em muitos casos passou demasiado tempo para que se possa hoje “atribuir a origem pura”. “Os portugueses chegam a um



Forte do mar

Salvador da Baía - Brasil

1716

O desenho desta estrutura de forma circular poderã, dizem os autores, ter sido influenciado directamente pelo Forte do Bugio, à entrada do Tejo. Conhecido também como Forte de Nossa Senhora do Pópulo e São Marcelo, terá integrado na sua construção pedras vindas de pedreiras de Lisboa como lastros de navios.

Real Gabinete Português de Leitura

Rio de Janeiro - Brasil

1887

Em meados do século XIX um grupo de imigrantes portugueses, comerciantes na Praça do Rio de Janeiro, decidiram criar uma biblioteca portuguesa. Instalaram-se em vários prédios, mas no final do século XIX constroem uma sede definitiva, projectada pelo arquitecto português Rafael da Silva e Castro, que criou um edifício neomanuelino, evocando os descobrimentos. As obras começam em 1880, nas comemorações do tricentenário da morte de Camões, e terminam em 1887.



Rua de Lisboa

Mindelo, Ilha de S. Vicente - Cabo Verde

Finais do séc. XIX

O destaque é dado ao conjunto arquitectónico da Rua de Lisboa (hoje Rua dos Libertadores de África), que inclui edifícios como o do Banco Ultramarino (1915 e 1922), as antigas Obras Públicas (1880-1882), e o Mercado Municipal (1878). É de salientar a utilização do ferro nestes projectos.



Cinema Monumental

Benguela - Angola

1952

O Cine-Teatro Monumental (que na imagem surge ainda em desenho e com o nome de Imperial), da autoria do arquitecto Fernando Batalha, foi o primeiro a ser edificado na cidade para este fim. A sala, que servia para cinema e teatro, tinha lotação para 1300 pessoas, com balcão, plateia e camarotes. Havia ainda um salão nobre no segundo piso. Fechado durante as décadas de 80 e 90, reabriu em 2004.



Igreja de N. Senhora da Conceição

Comandaroba, Sergipe - Brasil

1734

A Companhia de Jesus estabeleceu-se no estado do Sergipe no final do século XVII e em 1731 fundou em Comandaroba a sua segunda casa, tendo a igreja sido concluída em 1734. A sua arquitectura, escrevem os autores, tem como característica mais marcante a varanda que envolve toda a frente e as laterais da nave.

Como se define o que é o património português no mundo? É tudo o que foi construído pelos portugueses? Ou tudo o que, de uma forma ou outra, foi influenciado pela presença de portugueses? A Gulbenkian acaba de editar três volumes com um levantamento inédito

sítio e aproveitam uma parte dos amurralhados que lá estão, reconstruam-nos ou envolvem-nos com outra cintura de muralhas, destroem partes de uma mesquita e por cima constroem uma igreja, e depois os muçulmanos tomam aquilo, destroem alguns elementos religiosos e transformam-na outra vez numa mesquita.”

Muitas vezes no processo os edifícios vão-se descaracterizando. “Tivemos que tirar cerca de uma dezena de entradas, porque nos três anos em que estivemos a fazer este trabalho houve edifícios que desapareceram”, conta Walter Rossa. Desaparecem porque “não estão identificados nem estudados como sendo importantes” - e um dos objectivos desta obra é precisamente colmatar essa falha.

José Manuel Fernandes constatou que “nos espaços há muito não-portugueses” a atitude das populações em relação a este património é de “desconhecimento, mitificação ou mesmo adoração

excessiva”. Depois, há grandes contradições: “Em Angola e Moçambique, os governos recuperam lentamente conjuntos do ‘Estado Novo’ Colonial (como a praça institucional do Kuíto), com esmero e dedicação, enquanto destroem peças modernas melhores do que as melhores existentes em Portugal (como o mercado do Kinaxixe).”

No meio desta “desorientação”, tem havido apenas “uma voz de continuidade na recuperação real do chamado ‘património lusófono’ (o que ‘fala’ português através das pedras): a Fundação Gulbenkian”.

“Quisemos nestes três volumes dar uma panorâmica objectiva da influência portuguesa no diálogo de culturas”, afirma José Mattoso. “O que se pretendeu foi dar informação acerca do estado em que estão [os edifícios e monumentos], das condições históricas em que foram produzidos, de qual é o seu valor.”

Esta visão alargada do que é o património português - que vai para além da ideia do que foi construído

por iniciativa de portugueses - é uma boa opção, considera João Pina Cabral, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e um dos convidados para a sessão em Coimbra. “Abriram-se para lá das zonas em que o Estado português esteve presente, o que me parece muito inteligente.” Há neste trabalho “uma aposta ecuménica, em ver este legado não propriamente como português mas como um espaço de coabitação”.

Entre o Brasil e Macau

Um espaço em que os portugueses abriam caminho a outros contactos, criando pontes. “Havia por exemplo grande ligação entre os portugueses do Brasil e os da Ásia”, lembra Pina Cabral. “Há mesmo uma cidade em Rio Grande do Norte chamada Macau. Um dia houve uma enchente e o mar subiu, vinha um barco de Macau que salvou as pessoas e as levou para terra firme, e por isso a cidade foi rebaptizada como Macau. Havia também uma

influência importante de Macau em Moçambique nos anos 60 e 70, e o policiamento em Macau era feito por soldados do Sul de Moçambique.”

Feito este levantamento, qual deve ser agora a posição de Portugal perante este património? Para a Gulbenkian, que tem projectos de recuperação em vários destes países, ele é uma base de trabalho. “É importante ter uma espécie de mapa do que existe para decidir, em termos de gestão desse património, o que se pode fazer”, sublinha Mattoso.

É, contudo, consensual que este levantamento não pode servir de base a qualquer postura nacionalista ou a qualquer reivindicação de posse. “Não há nenhuma agência, estatal ou privada, nem mesmo se se juntarem todas, com capacidade para intervir neste património todo”, afirma Walter Rossa. “Uma das regras fundamentais para a preservação é o inventário. Este conjunto de três volumes é uma primeira listagem, que pode agora

ser alargada.” O mais frutífero será “apresentar uma leitura deste património como algo que é da humanidade”. E assim talvez seja possível “mobilizar as comunidades locais para a sua protecção.”

Themudo Barata acha que a parti daí abrem-se novas pistas. “Em Meknés [Marrocos], por exemplo, começou a surgir informação nos arquivos espanhóis e marroquinos que indica que no século XVIII havia um bairro português, onde moravam cerca de 200 prisioneiros portugueses, e que tinha uma igreja e um hospital. Sabemos onde era, mas nunca ninguém foi lá procurar.”

Mas o que Themudo Barata lamenta acima de tudo é o “abandono” das comunidades locais ligadas a Portugal. “Abandonámos completamente, coisa que nem os espanhóis nem os italianos fizeram. Não há dinheiro para refazer tudo o que existe - é um património de tal maneira gigantesco que só o podemos preservar através do apoio às comunidades locais.”



Grande Mesquita

Porto Novo - Benim

1945

Existe em Porto Novo, no Benim, aquilo a que os locais chamam as igrejas “brasileiras”. A actual Grande Mesquita é uma igreja de planta cruciforme “com uma surpreendente mestiçagem de linguagens decorativistas”. Os autores lamentam que na década de 90 o edifício tenha sido “mutilado” por acrescentos de muito má qualidade. É, apesar de tudo, um exemplo da “vasta difusão cultural de matriz luso-brasileira” em África.



Estação de Caminho de Ferro

Beira - Moçambique

1966

A estação é um de entre vários exemplos de arquitectura ligada aos sistemas de transportes - mas também a cinemas, hotéis e clubes - feita por arquitectos portugueses nas antigas colónias. É um projecto de Francisco de Castro, Paulo Sampaio e João Afonso Garizo do Carmo. Foi uma época, escreve José Manuel Fernandes, que viu nascer em África obras “capazes de competir pela dimensão e pelo arrojado inovador com qualquer obra similar do Portugal ibérico”.



Ig. de N. Senhora da Graça

Velha Goa - Índia

1597

As ruínas do convento e da igreja da ordem dos agostinhos em Velha Goa foram classificadas como Património da Humanidade em 1986. Os missionários agostinhos chegaram a Goa em 1572 e em 1597 começaram a construção desta igreja e convento cuja “escala monumental e riqueza artística” leva os autores a compará-lo ao Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Era um dos edifícios mais célebres de Velha Goa.



Escola Pani Bai

Diu - Índia

1927

Durante o período de existência do Estado Português da Índia, a instrução primária no território estava dividida entre escolas de língua portuguesa e escolas de gujarati. No final do século XIX havia quatro escolas de portugueses e três de gujarati, sendo uma delas, aberta em 1927 e destinada a raparigas, a Escola Pani Bai. A estrutura rectangular tem dois pisos e uma balastrada, elemento muito comum em Diu.



Conjunto Residencial Fai Chi Kei

Macau - China

1982

Conjunto de habitação social, o projecto do arquitecto Manuel Vicente foi construído num pedaço de cidade ocupando uma faixa de aterro. São dois longos corpos paralelos - quatrocentos metros de comprimento e cinco pisos de altura - que formam entre si uma rua, criando um espaço público.

Inédito
O mapa-mundo
do património
português P2